

OS FANTASMAS LATINO-AMERICANOS: AS LUTAS SOCIAIS POR DIREITOS E A CONSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE

*Rayann Kettuly Massahud de Carvalho**

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar, a partir da obra do sociólogo peruano Aníbal Quijano, a compreensão descolonial sobre a Modernidade. Sendo possível concluir que a América Latina não é pré moderna ou não moderna, mas pelo contrário, ela possui um papel constituidor da própria Modernidade. Para tanto, primeiramente, é apresentado o modo com que o autor compreende o poder - composto por três elementos: dominação, exploração e conflito. Em segundo lugar, é analisada a tensão entre a legítima pretensão de igualdade, de liberdade e de cidadania e a desigualdade abissal presente no mundo. Em seguida, é apresentada a relevância do contato com os povos andinos para a alteração da noção de temporalidade e a sua formulação moderna, bem como para a construção do projeto moderno de emancipação social. Por fim, expor-se-á a importância de resgatar as experiências latino-americanas de lutas sociais e políticas, cristalizadas em direitos, e contra as formas de dominação e de exploração modernas - nesse sentido, contra a colonialidade -, que estiveram presentes desde o alvorecer da modernidade. Referidas lutas são a expressão do conflito, um dos elementos que constituem o poder, na chave de A. Quijano. Em relação à metodologia, o caminho utilizado é a revisão de literatura.

Palavras-chave: Modernidade; Colonialidade; América Latina; Aníbal Quijano; Lutas Sociais por Direitos.

THE LATIN AMERICAN GHOSTS: THE SOCIAL STRUGGLES FOR RIGHTS AND THE CONSTITUTION OF MODERNITY

Abstract: The present work aims to present, based on the work of sociologist Aníbal Quijano, the decolonial understanding of Modernity. It is possible to conclude that Latin America is not pre-modern or non-modern, but on the contrary, Latin America constitutes Modernity. Therefore, firstly, the way in which A. Quijano understands power is presented - composed of three elements: domination, exploitation and conflict. Second, the tension between the legitimate claim to equality, freedom and citizenship and the inequality present in the world is analysed. Then, the relevance of the contact with the Andean peoples for changing the notion of temporality and the modern formulation of the notion of temporality is presented, as well as for the construction of the modern project of social emancipation. Finally, the importance of rescuing Latin American experiences of social and political struggles, crystallized in rights, and against modern forms of domination and exploitation - against coloniality -, which have been present since the beginning of modernity. These social struggles are the expression of conflict, one of the elements that constitute power, in A. Quijano's work. The methodology used is the literature review.

* Doutorando e Mestre em Direito pela UFMG, Brasil. Bacharel em Direito pela UFLA. Membro do Grupo de Pesquisa Constitucionalismo e Aprendizagem Social (CONAPRES), do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (GPTC) e do Núcleo de Estudos Direito, Modernidade e Capitalismo (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0956-5580>. Contato: rayannkmassahud@gmail.com

Keywords: Modernity; Coloniality; Latin America; Aníbal Quijano; Social Struggles by Rights.

LOS FANTASMAS LATINOAMERICANOS: LAS LUCHAS SOCIALES POR LOS DERECHOS Y LA CONSTITUCIÓN DE LA MODERNIDAD

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo presentar, a partir del trabajo del sociólogo peruano Aníbal Quijano, la comprensión descolonial de la Modernidad. Es posible concluir que América Latina no es premoderna ni no moderna, sino que, por el contrario, tiene un papel constitutivo de la propia Modernidad. Por tanto, en primer lugar, se presenta la forma en que el autor entiende el poder, compuesta por tres elementos: dominación, explotación y conflicto. En segundo lugar, se analiza la tensión entre el legítimo reclamo de igualdad, libertad y ciudadanía y la radical desigualdad presente en el mundo. Luego, se presenta la relevancia del contacto con los pueblos andinos para cambiar la noción de temporalidad y su formulación moderna, así como para la construcción del proyecto moderno de emancipación social. Finalmente, la importancia de rescatar experiencias latinoamericanas de luchas sociales y políticas, cristalizadas en derechos, y contra formas modernas de dominación y explotación - en este sentido, contra la colonialidad -, que han estado presentes desde los inicios de la modernidad. Estas luchas son la expresión del conflicto, uno de los elementos que constituyen el poder, en la obra de A. Quijano. En cuanto a la metodología, el camino utilizado es la revisión de la literatura.

Palabras clave: Modernidad; Colonialidad; América Latina; Aníbal Quijano; Luchas Sociales por los Derechos.

1 Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o modo com que o pensamento descolonial compreende a Modernidade — para além da concepção hegemônica eurocêntrica que entende a Modernidade como um fenômeno internamente europeu¹ e associada ao desenvolvimento e ao progresso² —, mais especificamente a partir da obra do sociólogo Peruano Aníbal Quijano,³ fundador da teoria da colonialidade do poder.^{4 5} Nessa perspectiva, as outras regiões do mundo, consideradas como não-modernas ou como pré-

¹ DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 55-70, 2005.

² MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, n. 1, v. 1, pp. 12-32, 2017.

³ GERMANA, César. Una epistemología otra: el proyecto de Aníbal Quijano. *Nómadas*, n. 32, Bogotá, 2010, pp. 211-221.

⁴ QUINTERO, Pablo. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de las sociedades en América Latina. *Papeles de Trabajo*, n. 19, 2010, pp. 3-18.

⁵ CLIMACO, Danilo de Assis. Prólogo. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

modernas,⁶ somente se relacionam com a Modernidade, na medida em que se sujeitam ao processo de modernização.⁷ Assim, enquanto a Europa é narrada como a herdeira da história da humanidade, as regiões periféricas e pós-coloniais são excluídas da história.⁸

O pensamento descolonial, então, busca reposicionar o lugar da América Latina na história mundial. Dessa forma, essa tradição simultaneamente (re)situa o início da Modernidade,⁹ bem como a relação entre a América-Latina e a Modernidade,¹⁰ possibilitando uma compreensão dela, Modernidade, na sua complexidade, pois traz aos holofotes a violência, a exploração e a subalternização não contadas da experiência colonial.¹¹

Como desdobramento, possibilita uma análise sobre a pretensão tipicamente moderna de igualdade, de liberdade e de cidadania,¹² que se tornaram legítimas apenas na Modernidade, em que se ancora o Estado e o direito modernos — na medida em que a Modernidade é a primeira vez na história em que todos e que todas podem participar, ainda que virtualmente, das decisões sobre as formas de organização da sociedade,¹³ não estando mais essa função limitada a um único soberano que decide e impõe seus arbítrios ao restante da comunidade política, constituindo o entendimento moderno de que uma dada comunidade deve obedecer ao Estado e seguir o direito pois expressam o modo com que essa comunidade entende que deve organizar e regular a vida em sociedade.^{14 15}

A supracitada pretensão de liberdade, igualdade e de cidadania vai estar em tensão constante e permanente com a desigualdade abissal nos diferentes âmbitos da vida. Essa tensão entre desigualdade e igualdade vai estar presente desde o alvorecer da Modernidade e em todo o seu transcurso e, por isso, revela-se como uma teorização fundamental para

⁶ DUSSEL, Enrique. *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*. São Paulo: Paulus, 2016.

⁷ DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

⁸ DUSSEL, Enrique. Para um diálogo Inter-filosófico Sul-Sul. In: *Filosofazer: Revista do Instituto Superior de Filosofia Berthier*. n. 41, p. 11-30. 2012.

⁹ DUSSEL. Europa, modernidad y eurocentrismo. *cit.*

¹⁰ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder, Conferencia dictada en el XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009a, p. 1-15.

¹¹ MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina* (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). Crítica y Emancipación. 2009.

¹² QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

¹³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Novos Rumos*. nº 37. 2002.

¹⁴ DUSSEL, Enrique. *Materiales para una política de la liberación*. México-Madrid: Plaza y Valdés, 2007.

¹⁵ Para uma análise mais detalhada sobre a relação entre as pretensões legítimas de igualdade, de liberdade e de cidadania e o Estado e o Direito modernos, a partir da Obra de Aníbal Quijano, conferir: MASSAHUD DE CARVALHO, R. K. Colonialidade, democracia e o risco permanente de ruptura: uma reflexão a partir da obra de A. Quijano. *Revista de Ciências do Estado*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e26617>. Acesso em: 15 maio. 2021.

compreender de forma adequada o tempo presente e as mazelas vivenciadas e enfrentadas aqui e agora.¹⁶

Além disso, com a experiência colonial na América Latina houve o contato,¹⁷ violento e assimétrico, dos europeus com os povos andinos, possibilitando a constituição das utopias modernas — a busca por uma sociedade mais livre e menos desigual. Referido contato também está correlacionado com a alteração da noção de temporalidade. A partir de então, e durante toda a Modernidade, o tempo deixou de ser compreendido e vivenciado como uma mera repetição do passado e passou a ser entendido como aberto a um futuro incerto, levando a um deslocamento das expectativas sociais do passado, que não mais se repete de maneira cíclica, para o futuro que está sempre por vir.¹⁸

Devido ao exposto, o trabalho será dividido em três partes. Em primeiro lugar será apresentado o modo com que Aníbal Quijano compreende o poder e a relação entre a América Latina e a Modernidade. Em seguida, será analisada a tensão tipicamente moderna entre a pretensão de igualdade e desigualdade. Em terceiro lugar, a relação estabelecida entre os europeus com os povos andinos. Para tanto, como se trata de uma pesquisa eminentemente bibliográfica, a metodologia utilizada é a revisão de literatura ou a reconstrução categorial.

2 Poder, Modernidade e América Latina

Aníbal Quijano é um autor que chama atenção para a importância de discutir e de realizar uma reflexão sobre a América Latina. Essas questões, entretanto, não são relevantes apenas para a região e para seus povos, mas, em verdade, são para toda a humanidade. Isto é, “para a atual existência social da espécie”,¹⁹ uma vez que a constituição da América Latina foi um momento de inflexão na história da sociedade humana.²⁰

A partir da criação da referida região enquanto América Latina, das experiências em seu interior e em seu entorno, se configurou o atual momento de dominação da humanidade sobre a natureza, bem como da humanidade sobre a própria humanidade.²¹ Momento esse denominado Modernidade.

¹⁶ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

¹⁷ Faz-se necessário ressaltar que apesar do termo “contato” ser utilizado no transcórre do presente artigo, ele não pressupõe, no caso em tela, uma relação simétrica e hierárquica. Muito antes pelo contrário, a relação estabelecida foi, e ainda é marcada pela dominação, pela exploração e pela subalternização.

¹⁸ QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 2005.

¹⁹ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*, p 01.

²⁰ *Ibidem.*

²¹ *Idem.*

Cabe ressaltar, todavia, que a dominação não é um elemento novo, que está presente apenas no atual período. Ela é algo muito antigo, coincidindo com o tempo de existência da própria espécie humana. A dominação está associada ao que há de específico na humanidade, ao que caracteriza a própria espécie enquanto espécie: o poder. Sendo assim, a história da humanidade é caracterizada pela busca incessante por ele.²²

Em verdade, essa

[...] espécie animal que chamamos de homo sapiens seja a única cujo senso histórico de existência, cujo itinerário no tempo, portanto também cuja motivação central seja o poder. Portanto, também, sua forma peculiar de violência atual não é, como costumava ser e ainda é frequentemente pensada, algo que testemunha a animalidade de nossa espécie, mas exatamente de outra maneira, é a expressão e o testemunho da historicidade específica do homo sapiens.²³

Não obstante sua relevância, uma primeira dificuldade enfrentada é que apesar do poder ser uma categoria teórica-conceitual constantemente utilizada, não há um consenso sobre o seu significado. Ele é, em regra, utilizado nas ciências sociais para fazer referência ao Estado e a Economia, em termos de um “poder político” e de um “poder econômico”.²⁴

No entanto, essa compreensão é demasiadamente simplista e limitada. O poder não deve, então, ser entendido apenas como relacionado às supracitadas dimensões, pois ele é uma categoria muito mais complexa. Trata-se, em verdade, de uma “relação social constituída pela co-presença permanente de três elementos — dominação, exploração e conflito”²⁵.

A dominação é o elemento mais geral, a “condição básica do poder” e está presente em toda e qualquer relação, compreendida como “o controle que alguns exercem sobre o comportamento dos demais”. Ela é organizada em torno “de uma estrutura de autoridade” e é imposta, em regra, por meio de violência que não é exercida constantemente. Apesar disso, a dominação “se reproduz e se legitima, inclusive se naturalizada”.²⁶

A exploração, por sua vez, “consiste em obter do trabalho de terceiros, sem remuneração equivalente, ou compartilhar com eles, um lucro próprio”.²⁷ Por fim, o conflito

²² *Idem.*

²³ *Ibidem*, p. 03.

²⁴ QUIJANO, Aníbal. Solidaridad y capitalismo colonial-moderno. *Otra economía*. São Leopoldo: UNISINOS, vol II, n. 2, 1º semestre de 2008, p 01.

²⁵ QUIJANO. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *cit.*, p. 04.

²⁶ QUIJANO. Poder y Derechos Humanos. *cit.*, p. 08.

²⁷ *Idem.*

surge da não aceitação daqueles e daquelas que sofrem com a dominação e com a exploração devido à “insatisfação com essas situações, incluindo a oposição ativa a elas”.²⁸

Não obstante estarem vinculadas, o conflito está relacionado

acima de tudo à dominação. Reduzida essa, alterada ou destruída, a exploração segue, necessariamente, a mesma trajetória. A exploração pode ser objeto de descontentamento, de críticas e de resistência. Mas a oposição ativa, em outras palavras, a luta concreta, importa um deslocamento de escopo: seu objeto é a dominação e seu objetivo é a mudança ou a destruição dos recursos e das instituições de dominação. O destino das formas de exploração segue o das formas de dominação.²⁹

Assim, devido à relevância que o poder assume para a compreensão da espécie humana e do momento presente, faz-se necessário voltar os olhos e retomar o debate sobre ele, pois nos últimos anos a questão do poder teria sido esquecida e como consequência “toda pesquisa teórica genuína da sociedade foi abandonada”.³⁰

Para uma compreensão adequada da sociedade, então, é necessário analisar o poder, uma vez que toda a experiência social, em todo e qualquer tempo da história da humanidade, foi e continua sendo caracterizada pela disputa e pelo controle de quatro âmbitos da existência social, sendo eles: “o trabalho, seus recursos e produtos”; “o sexo, seus recursos e produtos”; “a subjetividade, seus recursos e produtos”; “a autoridade coletiva” ou “pública” “e seus recursos ou produtos”, Essa disputa, a disputa pelo poder, “atravessa toda a história da nossa espécie”.³¹

Portanto, em toda relação social entre os sujeitos de uma sociedade o poder está presente. O que se altera, então, é o modo com que os seus elementos — dominação, exploração e conflito — estão articulados, modificando o modo e a medida com que se implicam em cada esfera e em cada nível.³² Em outros termos, o modo com que a co-presença de seus três elementos se realiza “é uma questão histórica”.³³

Desse modo, todos os âmbitos da existência social possuem um caráter próprio e sua própria especificidade. Esses quatro âmbitos, no entanto, estão conectados, mesmo que não se originem uns dos outros, eles também não existem isoladamente. Assim, estão “articulados entre si e atuando como unidade”.³⁴ No mesmo sentido, as disputas por cada

²⁸ *Ibidem*, p. 04.

²⁹ *Ibidem*, p. 10.

³⁰ QUIJANO, Aníbal. Poder y Derechos Humanos. In: Carmen Pimentel Sevilla, (comp.) *Poder, Salud Mental y Derechos Humanos*. CECOSAM. Lima, Perú. 2001.

³¹ QUIJANO. Solidaridad y capitalismo colonial-moderno. *cit.*, p. 04

³² QUIJANO. Poder y Derechos Humanos. *cit.*

³³ QUIJANO. Solidaridad y capitalismo colonial-moderno. *cit.*, p. 07.

³⁴ QUIJANO. Poder y Derechos Humanos. *cit.*, p. 07.

uma dessas áreas também não existem de formas independentes entre si, apesar de possuírem certa autonomia, elas formam “um complexo estrutural cujo caráter é sempre histórico e específico”.³⁵

Assim, apesar de serem heterogêneas e descontínuas as formas de se relacionarem entre si e nos seus interiores, elas formam uma “estrutura específica de relações sociais” que adquire o “caráter de uma totalidade”, sendo possível, inclusive, diferenciar as funções próprias que cada uma possui e assume, em face das demais e da própria totalidade.³⁶

Isto é, os diferentes âmbitos estão relacionados entre si e se afetam: mesmo que não possuam uma origem única e comum a todos, a realização de cada um depende da realização da dos outros. Pois, “são as mesmas pessoas que estão envolvidos em cada uma dessas áreas da existência social”.³⁷

Dessa forma,

[...] a partir dessa perspectiva, são as ações das pessoas, seu comportamento em relação às áreas vitais da existência social, ou seja, suas disputas sobre os recursos, produtos e instituições necessários em cada área vital da existência social, que dá origem e significado às relações sociais configuradas como relações de poder. Ou seja, os "processos" são as ações das próprias pessoas no curso de suas disputas e conflitos. E quando essas ações se reproduzem, tendendo à permanência, elas dão origem a certos padrões ou padrões de comportamento. Esses padrões de comportamento das pessoas levam à formação de instituições que moldam ou controlam as ações dessas pessoas. Esses padrões de comportamento e suas instituições correspondentes são o que podemos chamar de "estruturas", isto é, pautas ou modelos ou padrões para a reprodução de certas formas de comportamento das pessoas e de suas instituições correspondentes. Em consequência, os “processos” tornam-se os comportamentos sociais que ocorrem dentro de certos modelos ou padrões e em relação a certas instituições.³⁸

A busca pelo poder orienta, assim, a humanidade articulando diferentes formas de existência social em distintos espaços-tempos.³⁹ As referidas disputas pelo poder se alteram em cada momento histórico e em cada contexto, com a vitória de uns sobre os outros.⁴⁰ Como consequência, ocorre a imposição de comportamentos que tendem a se manter e a se reproduzir,⁴¹ em regra, com algum grau de aceitação daqueles e daquelas que foram vencidos e vencidas. Mesmo assim, o conflito e a resistência permanecem presentes.⁴²

³⁵ QUIJANO. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *cit.*, p. 04.

³⁶ QUIJANO. Poder y Derechos Humanos. *cit.*, p. 07.

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Ibidem*, p. 10.

³⁹ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

⁴⁰ QUIJANO. Solidaridad y capitalismo colonial-moderno. *cit.*

⁴¹ QUIJANO. Poder y Derechos Humanos. *cit.*

⁴² QUIJANO. Solidaridad y capitalismo colonial-moderno. *cit.*

O poder, então, “articula as diversas e dispersas experiências sociais em uma estrutura conjunta que reconhecemos com o nome de sociedade”.⁴³ No limite, “as relações sociais que historicamente ou por nossa experiência imediata conhecemos são sempre, em todos os lugares e em todos os momentos, certamente relações de poder”.⁴⁴ Isto é, as relações sociais em cada um dos âmbito da existência social são o “resultado de lutas e conflitos”.⁴⁵

Logo, o conceito de poder ganha mais densidade, sendo possível afirmar que

[...] o poder é um fenômeno multidimensional, uma vasta família de categorias, que se constitui na articulação histórica de diferentes dimensões da experiência humana como existência social; que nesse sentido, e nessa medida, constitui uma totalidade estruturada, presidida por uma lógica central ou hegemônica, mas o tempo todo disputada e contrariada por outras lógicas, diversas entre elas; subalterno sim, secundário também e historicamente heterogêneo.⁴⁶

Não obstante a relevância que o poder assume para realizar uma compreensão adequada sobre a sociedade em qualquer período histórico, devido aos contornos cada vez mais predatórias que a dominação vem assumindo hodiernamente, colocando a sobrevivência da espécie em risco,⁴⁷ a questão do poder ganha centralidade e deve ser analisada de maneira historicamente situada.⁴⁸

Nessa chave, a América Latina passa a ser o elemento central para analisar o tempo presente e o modo com que a dominação — da humanidade sobre a humanidade e sobre a natureza — tem adquirido traços de maior violência, pois foi a partir dessa territorialidade que o padrão de poder atual se constituiu.⁴⁹

A América Latina, há mais de quinhentos anos, foi “o espaço original e o tempo inaugural” da constituição de um novo padrão de poder com características próprias e “historicamente específico”, que possui como traço fundamental e inerente a colonialidade. Esse padrão de poder continua vigente até os dias de hoje e não possui precedentes na história.⁵⁰ Ele é o primeiro que possui uma “vocação global”.⁵¹

O padrão de poder que se constituiu desde a referida invasão da América se reproduziu e, ao mesmo tempo, produziu

⁴³ QUIJANO. Poder y Derechos Humanos. *cit.*, p. 10.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 11.

⁴⁵ QUIJANO. Solidaridad y capitalismo colonial-moderno. *cit.*, p. 07-08.

⁴⁶ QUIJANO, Anibal. “Colonialidad y modernidad/racionalidad”. In: BONILLA, Heraclio (comp.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: FLACSO; Libri Mundi; Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 08.

⁴⁷ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

⁴⁸ QUIJANO. Colonialidade, Poder, Globaliza o e Democracia. *cit.*

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*, p. 03.

⁵¹ QUIJANO. Colonialidade, Poder, Globaliza o e Democracia. *cit.*, p. 05.

o seu próprio sentido, produzindo também seu próprio significado, está produzindo seu próprio modo de entender, de se fazer entender, de explicar, de ver, de distorcer, de ocultar, como todo horizonte de sentido, por isso faz parte do padrão de poder e desse padrão de poder. E esse padrão de poder produz um muito especial, muito importante, que é o que finalmente chamado de Modernidade, até hoje.⁵²

Mas, Modernidade, assim como o poder, é uma categoria teórica e social ampla, que não possui, em regra, uma compreensão única. Em que pesem as múltiplas disputas em torno do seu significado, ela é, em grande medida, associada à ideia de uma expansão progressiva da ciência e do desenvolvimento tecnocientífico.⁵³

Contudo, se esses forem os critérios que distinguem a Modernidade de um momento anterior, há um problema irresolúvel, pois é possível mapear esses mesmos fenômenos em período compreendido como pré-moderno ou não-moderno, nas chamadas Altas Culturas ou Altas Civilizações — “China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca”, por exemplo.⁵⁴

Nelas já havia a existência de uma produção de conhecimentos em um alto grau de desenvolvimento tecnológico e científico, como: a matemática, a filosofia, engenharia hidráulica, astronomia,⁵⁵ o calendário, a irrigação, a escrita.⁵⁶ Logo, esse não pode ser esse o critério para a distinção do período moderno.⁵⁷

Da mesma forma, a compreensão de que somente a partir da Modernidade estaria presente

a razão científica, a secularização do pensamento, etc. Em verdade, a essas alturas da investigação histórica seria ridículo atribuir as altas culturas não-europeias uma mentalidade mítico-mágica como traço definidor, por exemplo, em oposição a razão e a ciência como características da Europa.⁵⁸

É necessário admitir, entretanto, que na chamada “Modernidade” europeia o desenvolvimento tecnológico atingiu um patamar distinto dos momentos anteriores, ganhando uma forma mais clara na Revolução Industrial e no desenvolvimento das maquinarias. Todavia, para compreender a centralização do desenvolvimento tecnocientífico e, conseqüentemente, da própria ideia de Modernidade na Europa, torna-se imprescindível

⁵² QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*, p. 07.

⁵³ *Ibidem.*

⁵⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Palermo Zulma y Quinterom Pablo. *Aníbal Quijano textos de fundación*. 1º ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 123.

⁵⁵ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

⁵⁶ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*

⁵⁷ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

⁵⁸ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*, p. 123.

compreender a Revolução Industrial como a expressão de um desencadear de momentos anteriores, como um desdobramento dentro de um tecido histórico de longa duração.⁵⁹

Isto é, não é possível compreendê-lo como um fenômeno isolado, responsável por inaugurar uma nova era, desconsiderando os eventos que o antecederam e o constituíram.⁶⁰ Isso se torna evidente, por exemplo, pelo fato de que antes da Revolução Industrial a Europa não possuía a mesma relevância, não conseguia produzir nada “que tivesse importância no mercado mundial”.⁶¹

Assim, é indispensável evidenciar que isso, a constituição do desenvolvimento tecnológico na Europa, somente foi possível devido a um momento anterior, marcado pela dominação, pela violência e pela exploração em uma outra territorialidade, na América.⁶² Ele somente se realizou, não apenas associado, mas ancorado em diferentes formas de exploração, devido à escravidão dos negros e das negras, à servidão de indígenas e à exploração dos recursos naturais nas colônias. Ou seja, sem a América Latina “tudo aquilo não poderia ser explicado”.⁶³

Ao re-situar a supracitada relação entre a América e a Modernidade, como desdobramento desvela-se também o mito da suposta superioridade da sociedade europeia, como sendo a primeira a alcançar a Modernidade. Essa narrativa, sedimentada ao longo do tempo, de que a história da humanidade se iniciou em um estado de natureza e se desenvolve até chegar à Europa moderna. Nesse quadro, todos os povos não-europeus foram e continuam sendo compreendidos como naturalmente inferiores.⁶⁴ Os europeus, por sua vez, enquanto a expressão da parcela da humanidade mais civilizada e desenvolvida, apresentados como se tivessem auto-produzido a sociedade moderna e constituído, por seus próprios atos, a Modernidade.⁶⁵

O mais impressionante, todavia, não foi ter conseguido construir esse mito para justificar toda a violência colonial na qual se fundou a Modernidade. O que realmente surpreende é o modo com que os povos europeus impuseram essa narrativa de superioridade ao restante do mundo.⁶⁶

⁵⁹ QUIJANO. *Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. cit.*

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. cit.* p. 21.

⁶² QUIJANO. *Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. cit.*

⁶³ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. cit.*, p. 22.

⁶⁴ QUIJANO. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. cit.*

⁶⁵ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. cit.*

⁶⁶ QUIJANO. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. cit.*

Portanto, para a “construção” da Modernidade, por meio da Revolução Industrial, a Europa invadiu os demais territórios do globo, impondo uma lógica de racialização, sujeitando os povos às formas de dominação e de exploração colonial modernas.⁶⁷ Ao mesmo tempo, ela impôs um modelo de Modernidade a ser seguido pelo restante do mundo. Como efeito, gerou o bloqueio de "toda outra ideia de Modernidade".⁶⁸

Por conseguinte, se o desenvolvimento tecnológico e científico parece não ser suficiente para definir a Modernidade e delimitar a distinção do período moderno em relação ao anterior — seja devido ao fato das sociedades compreendidas como pré-modernas possuírem um alto grau de desenvolvimento tecnocientífico, seja porque a Revolução Industrial e o desenvolvimento intra-europeu não pode ser compreendido de modo isolado —, é necessário buscar um outro critério, encontrar novos elementos que possam explicitar o que há de específico e que é definidor da Modernidade.

A referida insuficiência exige que a Modernidade não seja compreendida de forma simplista e isolada, a partir de um único critério deslocado e destacado do restante dos processos que ocorrem no seu entorno e no seu interior, processos esses simultaneamente constitutivos da e constituídos pela Modernidade. Esse novo padrão de poder precisa ser analisado, interpretado, entendido e nomeado em seu duplo aspecto, isto é, enquanto Modernidade/colonialidade.⁶⁹ A Modernidade e a colonialidade são as “duas faces da mesma moeda, duas dimensões inseparáveis de um mesmo processo histórico”.⁷⁰

Desse modo, a América Latina não deve ser compreendida como uma vítima passiva e posterior da expansão modernizadora da Europa pelo restante do mundo. Em verdade, ela participou ativamente "do processo de produção da Modernidade".⁷¹ Pois a Modernidade dependeu da exploração e da dominação dos povos latino-americanos no período colonial — que continua sob a forma de colonialidade. Da mesma forma, dependeu da constituição simultânea de um centro, a Europa, e de uma periferia, a América Latina.⁷² A América Latina nasceu moderna e foi condição da existência da Modernidade.

⁶⁷ QUIJANO. *Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder*. *cit.*

⁶⁸ QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima, Ediciones Sociedad y Política, 1988. p. 46.

⁶⁹ QUIJANO. *Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder*. *cit.*

⁷⁰ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. *cit.*, p. 25.

⁷¹ QUIJANO. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. *cit.*, p. 46-47.

⁷² QUIJANO. “Colonialidad y modernidad/racionalidad”. *cit.*

3 A Tensão Entre Igualdade e Desigualdade Racial e os Fundamentos do Estado e do Direito Modernos

Um dos elementos centrais à compreensão adequada desse novo padrão de poder mundial — inaugurado a partir da invasão da América e que articula distintas formas de dominação e de exploração —,⁷³ é que ele se constituiu em torno de eixos históricos. Um dos eixos principais é a classificação e a afirmação de uma desigualdade entre os membros e as membras da espécie humana, em torno do que hoje é denominado como raça.⁷⁴ Isto é, esse novo sistema “de dominação social teve como elemento fundador a idéia de raça”.⁷⁵

Essa distinção leva a uma nova forma de dominação que somente passa a existir após o início da Modernidade.⁷⁶ Seria razoável questionar se em momentos anteriores, em outras culturas, existiram experiências de relações sociais marcadas pelo que na Modernidade se compreende como raça — enquanto classificações sociais ancoradas em uma suposta superioridade e inferioridade entre os sujeitos. A ideia de raça, ela mesma, como ideia, é algo recente, nasceu com e na Modernidade. Pois, apesar de em momentos anteriores já existirem distinções, a estrutura de diferenciação somente se mantinha enquanto permanecia existindo as estruturas de poder. No entanto, no alvorecer da Modernidade isso se altera, há uma mudança profunda nas relações, as diferenças tornaram-se hierarquias e mesmo com o fim de uma dada estrutura de poder, a cisão entre seres superiores e seres inferiores se mantém. Desse modo, a raça passou a ser “uma parte integrante da materialidade das relações sociais”. Estas passaram a ser racializadas e atravessadas por clivagens em todos os âmbitos, reconfigurando, assim, as estruturas anteriores.⁷⁷

Considerando que a Modernidade se constituiu a partir da experiência colonial na América e que possui como um dos elementos centrais a raça,⁷⁸ nesse quadro seria razoável questionar o que torna essa experiência diferente das formas de colonialismo anteriores, uma vez que o colonialismo é uma experiência humana antiga.⁷⁹ Como desdobramento, qual a relação entre essa nova forma e a ideia de raça?

⁷³ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*

⁷⁴ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

⁷⁵ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*, p. 17.

⁷⁶ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Lander, Edgardo (org.): *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires, CLACSO/UNESCO, 2000a.

⁷⁷ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*, p. 04.

⁷⁸ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*

⁷⁹ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*

O que há de específico no colonialismo moderno, ou no início da Modernidade/colonialidade, é que “somente com a conquista e a colonização ibero-cristã das sociedades e populações da América, na transposição do século XV ao XVI, foi produzido o construto mental de ‘raça’. Isso dá conta de que não se tratava de qualquer colonialismo, mas de um muito particular”,⁸⁰ no qual se ancora a colonialidade.⁸¹

Desse modo, enquanto as formas anteriores de colonialismo fazem referência

[...] estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado [...].⁸²

Assim, a raça tornou-se o elemento definidor desse tipo específico de colonialismo, bem como o critério moderno, “universal e básico da classificação social da população”. No seu entorno, as formas anteriores de dominação e de exploração foram reconfiguradas, afetando “todos e cada um dos membros da espécie”.⁸³

Com a construção e a sedimentação da ideia de raça, a dominação e a exploração da própria humanidade passaram a estar relacionadas com as da natureza. Pois elas, a natureza e uma parte da sociedade, passaram a ser compreendidas como sendo naturalmente inferiores e, por isso, podiam ser explorados e dominados livremente. Assim, a única possibilidade de alterar essas relações violentas e predatórias é indo à raiz do problema, alterando a própria estrutura que legitima essas relações assentadas na invenção da raça: faz-se necessário a realização de um processo de descolonização, colocando fim a essa hierarquia entre os sujeitos da espécie humana.⁸⁴

Para além da raça como categoria central e presente em todas as relações sociais modernas, há um outro elemento que também diferencia o período moderno do anterior. Isto é, foi “a primeira vez na história que sabemos que a ideia de igualdade social estará no senso

⁸⁰ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*, p. 19.

⁸¹ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*

⁸² QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 74.

⁸³ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*, p. 20.

⁸⁴ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*

comum dos mortais”.⁸⁵ Apesar da igualdade social não ser uma novidade, foi somente no século XVIII, a partir da Revolução Industrial, que ela passou a ser uma pretensão legítima.⁸⁶

A legitimidade, entretanto, é decorrente do desenvolvimento do padrão de poder moderno/colonial e capitalista.⁸⁷ ⁸⁸ Isto é, ela é um desdobramento da constituição do sistema-mundial, da expansão do mercado, da centralização da exploração em torno do trabalho assalariado e da concentração de riqueza. Isso fez com que fosse necessário a “des-sacralização das hierarquias e das autoridades, tanto da dimensão material das relações sociais como em sua intersubjetividade”.⁸⁹ Nesse contexto, a individualização dos sujeitos, a liberdade e a igualdade tornam-se necessários.⁹⁰

Assim, ao lado da igualdade, também se tornaram legítimas a liberdade, a autonomia e a cidadania. Nas palavras do próprio autor:

É a primeira vez, desde o século XVIII, sobretudo e na Europa Ocidental, que essa idéia se torna legítima. Nisso, portanto, a idéia de liberdade e autonomia individual se torna legítima e é por isso que a idéia de cidadania se torna legítima, que nunca existiu em nenhuma parte do mundo, porque não é a mesma que havia em Atenas milhares de anos antes, é outra coisa. Mas lembre-se de que sim, a idéia de igualdade social se torna senso comum, é legitimada, mas ao seu lado é legitimada a idéia de raça ou a forma suprema, básica de desigualdade social, que não é mais a pobreza ou a riqueza, o poder, a gestão de recursos, mas a própria constituição das pessoas à imagem de si mesmas [...]. Então igualdade social sim, mas a forma de desigualdade social mais profunda ao lado: raça. Cidadania sim, mas dominação colonial ao lado. Autonomia e liberdade individual sim, mas subjugação colonial ao lado. Modernidade, portanto, sim, mas uma Modernidade colonial, colonialidade e Modernidade absolutamente, não apenas lado a lado, mas produzindo um ao outro.⁹¹

É exatamente isso o que vai consistir a ambiguidade irresolúvel da Modernidade/colonialidade. É a primeira vez que a igualdade, a liberdade e a possibilidade da participação da construção da própria sociedade são colocadas no mundo enquanto pretensões legítimas. Simultaneamente, todavia, também a impossibilidade de sua realização passou a estar presente no interior de todas as relações sociais assentadas na classificação racial. Esse quadro constitui a contradição do novo padrão de poder.

⁸⁵ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*, p. 08.

⁸⁶ *Ibidem.*

⁸⁷ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*

⁸⁸ A relação entre Modernidade, colonialidade e capitalismo constituindo um complexo de poder global é complexa. Por vezes o capitalismo aparece como sendo um dos elementos que formam o referido padrão de poder e em outros, no entanto, a colonialidade é apresentada como um dos componentes “constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista”. Isso evidencia não uma divergência interna, mas, pelo contrário, que esses elementos estão articulados de modo nodal. QUIJANO. Colonialidade do poder e classificação social. *cit.*, p. 73

⁸⁹ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*, p. 128.

⁹⁰ *Ibidem.*

⁹¹ QUIJANO. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *cit.*, p. 09.

Outro face que demonstra o caráter “ambíguo e contraditório” da Modernidade é o fato de que ela leva ao referido desenvolvimento da igualdade e da liberdade. Mas coloca, no mesmo movimento, o seu limite. Pois gerou, em relação ao momento anterior, “um horizonte de libertação das pessoas de toda relação, estrutura e instituição vinculada à dominação e a exploração”, mas simultaneamente colocou as condições para novas formas de dominação e de exploração típicas desse novo momento histórico.⁹²

No entanto, por meio da igualdade e da liberdade, ainda que precárias, colocou também a possibilidade de questionar as formas de dominação e de exploração modernas, possibilitando a construção de uma sociedade menos desigual e mais livre. Isso configura a Modernidade, ela é um campo de conflito constante entre distintos interesses sociais.⁹³ Essa busca por efetivação da liberdade e da igualdade, contra a desigualdade, a denominação e a exploração nos diferentes âmbitos da vida é uma questão de “luta por direitos humanos”, são, então, lutas por direitos.⁹⁴

Os direitos humanos são, a partir desse ponto de vista, direitos das gentes em cada um dos âmbitos da existência social: o controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos; o controle do sexo, de seus recursos e de seus produtos; controle da autoridade, de seus recursos e de seus produtos; o controle da subjetividade, de seus recursos e de seus produtos. Desse modo a exploração do trabalho de uns sobre os outros [...] é uma violação de direitos humanos. O patriarcalismo [...] a homofobia são uma agressão aos direitos humanos. [...] privatizar as instituições do estado em benefício de uns poucos é uma violação dos direitos humanos. O controle da subjetividade, especialmente do conhecimento [...] é uma violação radical dos direitos humanos.⁹⁵

4 Os Povos Andinos, a Construção do Projeto de Emancipação e a Alteração da Noção de Temporalidade

Considerando que a Modernidade/colonialidade, a partir da Revolução Industrial, colocou no mundo não apenas a desigualdade abissal, estrutural e estruturante, entre os sujeitos a partir da ideia de raça, mas, ao mesmo tempo, também tornou legítima a pretensão de igualdade, cidadania, liberdade e autonomia dos sujeitos, os referidos ideais que guiam a busca por uma sociedade melhor, o sonho de uma sociedade emancipada, tornam-se legítimos a partir do século XVIII. Mas será que essas pretensões que se tornaram legítimas nascem também no alvorecer da Modernidade assim como a ideia de raça? Em outros termos, liberdade, igualdade, cidadania e autonomia são ideias e construtos modernos?

⁹² QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.* p. 129.

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ QUIJANO. Poder y Derechos Humanos. *cit.*, p. 13.

⁹⁵ *Idem.*

Apesar da liberdade, da igualdade, da solidariedade, e da democracia serem "promessas libertadoras" da Modernidade e terem tornado-se legítimas no seu transcorrer, sua origem é anterior.⁹⁶ É possível mapeá-los enquanto sendo valores que guiam as relações sociais em sociedades e culturas anteriores à Modernidade/colonialidade, em sociedades pré-colombianas, por exemplo.⁹⁷

No entanto, esses ideais — a partir do contato com essas culturas e com essas formas de sociabilidade — serviram como o meio e o ferramental para se questionar o modo com que as sociedades europeias organizavam-se naquele momento. Passaram a ser, então, o horizonte que a Europa assumirá como aquele a ser alcançado.⁹⁸

A partir da

contribuição seminal da racionalidade andina para o novo imaginário europeu que se constituía então, pela descoberta das instituições sociais andinas, estabelecidas em torno da reciprocidade, solidariedade e controle de arbitrariedade e de uma intersubjetividade constituída em torno da alegria do trabalho coletivo e da comunidade vital com o mundo.⁹⁹

Isto é, a partir disso, do contato e da experiência com essas novas formas de sociabilidade, que se articulavam em torno de diferentes valores, é possível compreender as "utopias europeias", de uma "sociedade construída em torno da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social", sendo este o grande projeto da Modernidade. Os colonizadores, ao terem contato com essas sociedades pré-colombianas, passaram a questionar o modo com que a sua sociedade estava organizada, tornando aquela realidade não-europeia seu ideal, passaram a re-imaginar e idealizar "as experiências indígenas, em contraste com as desigualdades do feudalismo no centro-norte da Europa". Assim se funda o horizonte a ser buscado pelas sociedades modernas.¹⁰⁰

Esse mesmo contato teve como desdobramento a alteração da concepção sobre o tempo, a temporalidade¹⁰¹ e sobre a história,¹⁰² sendo essa mudança também uma marca da Modernidade. A partir do contato com as diferentes formas de "existência social" que se assentavam na "igualdade social, a reciprocidade, a comunidade, a solidariedade social",¹⁰³ foi abandonada a busca dos povos europeus por retornar a um momento anterior, a uma

⁹⁶ QUIJANO. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina. cit.*

⁹⁷ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. cit.*

⁹⁸ *Idem.*

⁹⁹ QUIJANO. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina. cit.*, p. 48.

¹⁰⁰ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. cit.*, p. 22.

¹⁰¹ *Ibidem.*

¹⁰² QUIJANO. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. cit.*

¹⁰³ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. cit.*, p. 22.

"idade dourada". Assim, o tempo pôde deixar de ser compreendido como cíclico e a legitimidade dos atos praticados no interior da sociedade deixaram de ser buscados em momentos antecedentes, a partir da repetição reiterada do próprio passado. Em lugar de uma temporalidade vivenciada e compreendida como cíclica, passou a se constituir um "imaginário do futuro e do 'progresso'", com a ideia de mudança "como um modo normal, necessário e desejável da história".¹⁰⁴

Ocorre, assim, uma alteração

na imagem social do tempo: há a substituição do passado pelo futuro, como sede privilegiada das expectativas da humanidade. Até então, toda a imagem anterior do universo repousava no passado, porque vinha dele. Não apenas todas as explicações, mas também todas as legitimidades estavam associadas a ele. A esperança era uma insistência no retorno a uma era de ouro. Era, em verdade, uma nostalgia.¹⁰⁵

Antes desse momento, o futuro era um mero "prolongamento do passado". Com essa alteração, foi possível dar sentido aos acontecimentos e a realização da constituição de um projeto de sociedade, bem como a projeção de um novo tempo que ainda não havia chegado.¹⁰⁶

A Modernidade foi, desse modo, o primeiro momento da história da humanidade em que houve um deslocamento das expectativas da humanidade do passado para o futuro:¹⁰⁷ a espécie humana passou a não mais vivenciar o futuro como repetição do passado, mas entendeu que ela mesma, enquanto espécie, é capaz de construí-lo. Em outras palavras, o futuro passou a ser compreendido como a possibilidade constante de mudanças, entendido como "um território temporal aberto".¹⁰⁸

No mesmo sentido, a história deixou de ser compreendida como "algo que ocorre", como algo misterioso e natural, consequência da atuação de um ente superior e a expressão da vontade divina. A história passou a ser compreendida como "algo que pode ser produzido pela ação das pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões por tanto como algo que pode ser projetada, e, em consequência, ter sentido".¹⁰⁹

Cabe ressaltar, todavia, que essa compreensão do tempo como aberto, o futuro não mais como repetição e a mudança como possibilidade constante não levam, necessariamente,

¹⁰⁴ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. cit.*, p. 22.

¹⁰⁵ QUIJANO. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina. cit.*, p. 47-48.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 48.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ QUIJANO. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. cit.*, p. 127.

¹⁰⁹ *Idem*.

a uma defesa de uma história entendida como homogênea, que caminha em direção unilinear, unidirecional, progressiva, tendo um destino final pré-determinado: essa seria uma imagem deturpada. A nova compreensão sobre o tempo permanece podendo reconhecer a história não como uma, mas como multiplicidade de tempos que coexistem de modo simultâneo, sendo essa complexidade uma das características da própria sociedade.¹¹⁰

Desse modo, o tempo histórico é compreendido como a convivência de plúrimos espaços-tempos, é a

heterogeneidade histórico-estrutural, a co-presença de tempos históricos e de fragmentos estruturais de formas de existência social, de vária procedência histórica e geocultural, são o principal modo de existência e de movimento de toda sociedade, de toda história. Não, como na visão eurocêntrica, o radical dualismo associado, paradoxalmente, à homogeneidade, à continuidade, à unilinear e unidirecional evolução, ao “progresso”. Porque é o poder, logo, as lutas de poder e seus mutantes resultados, aquilo que articula formas heterogêneas de existência social, produzidas em tempos históricos diferentes e em espaços distantes, aquilo que as junta e as estrutura em um mesmo mundo, em uma sociedade concreta, finalmente, em padrões de poder historicamente específicos e determinados.¹¹¹

Por fim, é importante dizer que apesar da compreensão e do reconhecimento da importância que os povos pré-colombianos tiveram para a constituição da Modernidade, não há romantismo algum ou qualquer pretensão de uma volta ao passado. Da mesma forma, é sabido que esse retorno não seria suficiente para lidar com a complexidade do tempo presente.¹¹²

5 Considerações Finais

Ao cruzar a ideia de raça enquanto hierarquia social e essa compreensão de temporalidade como unidirecional em direção ao progresso — que não é um desdobramento lógico da mudança sobre a compreensão da temporalidade, mas um vício, uma deturpação típica e consequência do modo com que a Modernidade é compreendida como auto-constituída pelas narrativas eurocêntricas —, o resultado é uma Europa como a expressão do desenvolvimento da história da humanidade, como a cultura mais avançada, como os povos mais civilizados e modernos, pois.

Essa forma de entender o progresso e o desenvolvimento intra-europeu se desdobra, simultaneamente, em uma história do atraso para o restante do mundo, pois a Europa passa a ser compreendida como o modelo a ser alcançado e seguido para se chegar à Modernidade.

¹¹⁰ QUIJANO. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. *cit.*

¹¹¹ *Ibidem*, p. 14.

¹¹² QUIJANO. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. *cit.*

Na América Latina, mais especificamente, isso leva a uma percepção da própria realidade, dos problemas e da própria história de modo distorcido.¹¹³

Assim, os problemas vivenciados — e em parte geradas pelo desenvolvimento desse padrão de poder moderno/colonial e capitalista —¹¹⁴ ao não serem percebidos de modo adequado, não são “confrontados e resolvidos salvo também parcial e distorcidamente”. Essa região, ao não se conhecer nem se reconhecer devidamente, torna-se um palco de desencontros entre as próprias experiências, saberes, formas de produção de conhecimentos e das memórias.¹¹⁵

Portanto, é necessário abandonar a narrativa mística da Europa como sendo o ideal a ser atingido, como o espelho a ser seguido para identificar e resolver os dilemas latino-americanos que precisam ser solucionados. Pois “nossos problemas não resolvidos nos habitam como fantasmas históricos. E não se poderia reconhecer e entender esse labirinto, ou seja, debater nossa história e identificar nossos problemas, se não se conseguisse primeiro identificar nossos fantasmas”.¹¹⁶

Desse modo, um projeto de América Latina, uma identidade latino-americana, não deve ser limitado à compreensão inventada pela e na Modernidade/colonialidade. O mito da Europa moderna não pode servir de parâmetro, bem como não vai ser a partir dele que brotarão as respostas e os caminhos a serem percorridos para a resolução dos problemas e das mazelas enfrentadas na periferia do sistema-mundo moderno/colonial e capitalista.¹¹⁷

Levando a sério a compreensão sobre a temporalidade e sobre a própria história, a América Latina precisa buscar realizar um "projeto histórico, aberto e heterogêneo" ligado a uma memória do passado, mas não se limitando a ela, na medida em que são, em verdade, "muitas memórias e muitos passados". O caminho a ser trilhado deve ser em direção à busca por "uma maneira muito específica de descolonização e de liberação: a des/colonialidade do poder".¹¹⁸¹¹⁹

¹¹³ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*

¹¹⁴ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*

¹¹⁵ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*, p. 15.

¹¹⁶ *Idem.*

¹¹⁷ QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista internacional de ciencias sociales*. París: UNESCO, n. 134, diciembre 1992.

¹¹⁸ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*, p. 27.

¹¹⁹ O termo giro decolonial foi criado no ano de 2005 e essa é uma das primeiras vezes que A. Quijano utiliza o termo descolonialidade. BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, p. 89-117. 2013.

Para a realização deste projeto outro, é necessário invocar os fantasmas latino-americanos¹²⁰ daquelas e daqueles que foram colonizados e colonizadas, derrotados e derrotadas no transcurso da Modernidade/colonialidade. Isso é possível porque, como dito, a história da humanidade é caracterizada pela busca pelo poder e o poder é integrado pela dominação, pela exploração e pelo conflito,¹²¹ sendo o conflito o elemento constituído pela oposição dos sujeitos que se insurgiram contra a dominação e a exploração. Pois sempre houve resistência das “vítimas da colonialidade do poder, que não esteve ausente durante estes cinco séculos”.¹²²

Dentre os fantasmas a serem invocados para guiar a busca por uma outra sociedade, que permitem uma compreensão da experiência histórica latino-americana, assim como são a expressão do conflito enquanto resposta à dominação, dois parecem ganhar relevância na medida em que se opõem ao padrão de poder moderno/colonial e capitalista em nome de um projeto distinto: A Revolução de Tupac Amaru e a Revolução do Haiti.

A primeira delas, a Revolução de Tupac Amaru, apesar de ter sido derrotada,

foi, no Vice-reino do Peru, a primeira tentativa de produzir uma nova nação, ou seja, uma nova estrutura de poder, e talvez uma nova nacionalidade, isto é, uma nova identidade, na qual tivessem lugar elementos de origem e de caráter hispânico, mas historicamente redefinidos por e na América, dentro de um padrão de poder com hegemonia “indígena”. Sua derrota abriu caminho para que a futura independência nessa região se fizesse sob total controle dos dominadores coloniais, e a plena e duradoura manutenção da colonialidade do poder.¹²³

Quanto à Revolução Haitiana,

foi a primeira grande revolução descolonizadora triunfante de todo o período colonial/moderno, na qual os “negros” derrotaram os “brancos”, os escravos os amos, os colonizados os colonizadores, os haitianos os franceses, os não-europeus os europeus. Foi o padrão de poder colonial/moderno completo que foi subvertido e destruído. Ambas as revoluções produziram, sem dúvida, uma tremenda comoção e um pânico disseminado entre os donos do poder colonial/moderno.¹²⁴

As supracitadas experiências sociais podem iluminar o caminho, resgatando as memórias e as narrativas encobertas, possibilitando, assim, a construção de uma identidade latino-americana. Essa identidade, todavia, não é ontológica, nela não há que se buscar um sentido último, inerente e essencialista. A identidade é "uma complexa história de produção de novos sentidos históricos, que partem de legítimas e múltiplas heranças de racionalidade.

¹²⁰ QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*

¹²¹ QUIJANO. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *cit.*

¹²² QUIJANO. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *cit.*, p. 26.

¹²³ *Ibidem*, p. 29-30.

¹²⁴ *Idem*.

É, pois, uma utopia de uma nova associação entre razão e libertação",¹²⁵ em oposição à dominação e à exploração violentas típicas da Modernidade/colonialidade.

Essa utopia, todavia, não deve ser compreendida como algo que deve ser, que virá e se concretizará algum dia, pois ela já existe hoje, mesmo que modo incipiente: já há traços e sinais de uma nova forma de organização em que “a mercadoria e o lucro deixam de ser o central”. A compreensão sobre utopia se reconfigura, pois, assumindo a forma de algo que já está em curso — organizado por aqueles e por aquelas que foram e são colonizados e colonizadas, expropriados e expropriadas —, na medida em que “estamos começando a conviver com o futuro”. Ela é, em verdade, um “outro horizonte de sentido histórico” que “já está aqui”.¹²⁶

Logo, a Modernidade não deixa de ser também compreendida pelos critérios anteriormente expostos: maior desenvolvimento tecnológico, secularização, avanço da racionalidade, ideia de progresso e de novidade. Mas, para ser compreendida de modo adequado, é necessário levar em conta toda a sua complexidade. Assim, é preciso reconhecer que a Modernidade tem um caráter violento e em regra oculto para grande parte da população mundial. A Modernidade é o processo histórico da constituição de um sistema-mundo moderno/colonial e capitalista ligado à formação de determinadas relações sociais, materiais e intersubjetivas. Todavia, ela não é apenas isso: a Modernidade é simultaneamente o momento em que a questão central passa a ser “a libertação humana como interesse histórico da sociedade e também, em consequência, seu campo central de conflito”.¹²⁷

¹²⁵ QUIJANO. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina. cit.*, p. 69.

¹²⁶ QUIJANO, Aníbal. Otro horizonte de sentido histórico. *América Latina en Movimiento*, n. 441, 2009b. p. 05.

¹²⁷ QUIJANO. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *cit.*, p. 124.

Referências Bibliográficas

- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, p. 89-117. 2013.
- CLIMACO, Danilo de Assis. Prólogo. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana*. Buenos Aires: Clacso, p. 55-70, 2005.
- DUSSEL, Enrique. *Materiales para una política de la liberación*. México-Madrid: Plaza y Valdés, 2007.
- DUSSEL, Enrique. Para um diálogo Inter-filosófico Sul-Sul. In: *Filosofazer: Revista do Instituto Superior de Filosofia Berthier*. n. 41, p. 11-30. 2012.
- DUSSEL, Enrique. *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*. São Paulo: Paulus, 2016.
- GERMANA, César. Una epistemología otra: el proyecto de Aníbal Quijano. *Nómadas*, 32, Bogotá, 2010, pp. 211-221,
- MASSAHUD DE CARVALHO, R. K. Colonialidade, democracia e o risco permanente de ruptura: uma reflexão a partir da obra de A. Quijano. *Revista de Ciências do Estado*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e26617>. Acesso em: 15 maio. 2021.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, n. 1, v. 1, pp. 12-32, 2017
- MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina* (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). *Crítica y Emancipación*. 2009.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y modernidad/racionalidad”. In: BONILLA, Heraclio (comp.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: FLACSO; Libri Mundi; Bogotá: Tercer Mundo, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder, Conferencia dictada en el XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009a, p. 1-15.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Lander, Edgardo (org.): *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, CLACSO/UNESCO, 2000a.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Palermo Zulma y Quinterom Pablo. *Aníbal Quijano textos de fundación*. 1º ed. Buenos Aires: Del Siglo, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Novos Rumos*. nº 37. 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales*, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000b.

- QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima, Ediciones Sociedad y Política, 1988.
- QUIJANO, Aníbal. Otro horizonte de sentido histórico. *América Latina en Movimiento*, n. 441, 2009b.
- QUIJANO, Aníbal. Poder y Derechos Humanos. In: Carmen Pimentel Sevilla, (comp.) *Poder, Salud Mental y Derechos Humanos*. CECOSAM. Lima, Perú. 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Solidaridad y capitalismo colonial-moderno. *Otra economía*. São Leopoldo: UNISINOS, vol II, n. 2, 1º semestre de 2008.
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista internacional de ciencias sociales*. París: UNESCO, n. 134, diciembre 1992.
- QUINTERO, Pablo. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de las sociedades en América Latina. *Papeles de Trabajo*, n. 19, 2010, p. 3-18.

Como citar este artigo: CARVALHO, Rayann Kettuly Massahud de. Os Fantasmas Latino-Americanos: As lutas sociais por direitos e a constituição da Modernidade. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1–24, 2021.

Recebido em 26.05.2021

Publicado em 15.12.2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional